

# Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário\*

Norberto Dallabrida\*\*

## Resumo:

Este trabalho procura compreender os usos sociais da cultura escolar prescrita em nível nacional em três estabelecimentos de ensino secundário de Florianópolis, na década de 1950. Coloca-se o foco sobre: o Colégio Catarinense, administrado por padres jesuítas e voltado exclusivamente para homens; o Colégio Coração de Jesus, dirigido por Irmãs da Divina Providência e com clientela feminina; e o Colégio Estadual Dias Velho, escola pública, gratuita e coeducativa. À luz das proposições de Roger Chartier, considera-se que as instituições escolares se apropriam dos bens culturais de forma diferenciada e criativa. Essa análise sócio-histórica baseia-se em documentos escritos, bem como em depoimentos de ex-professores/as e alunos/as egressos/as.

## Palavras-chave:

*ensino secundário; cultura escolar; apropriação; escola pública.*

---

\* Este artigo é uma versão ampliada do texto “Cultura escolar no ensino secundário: diferenças e cotejos”, apresentado no *XIIème Congrès de l’Association Internationale pour la recherche interculturelle*. Ele é resultado parcial da pesquisa “Trajetórias sociais de egressos/as dos colégios de ensino secundário de Florianópolis na década de 1950”, que conta com o apoio financeiro da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico (CNPq).

\*\* Doutor em história social pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutorado na *Université René Descartes – Paris V*, professor da UDESC e integra, na condição de líder, o grupo de pesquisa “Sociedade, Memória e Educação” da UDESC. É bolsista produtividade em pesquisa do CNPq.

# Social uses of prescribed school culture in the secondary education

Norberto Dallabrida

**Abstract:**

This paper seeks to understand the social uses of prescribed school culture nationally in three secondary schools of Florianópolis in the 1950s. Focused on Colégio Catarinense, administered by the Jesuits and dedicated exclusively to men; the Colégio Coração de Jesus, run by the Sisters of Divine Providence and with female customers; and the State College Dias Velho, public, free and for boys and girls. According to Roger Chartier, educational institutions are considered to appropriate themselves of cultural goods in different and creative ways. This socio-historical analysis is based on written documents and testimonials of teachers and students who worked at or attended these schools.

**Keywords:**

*secondary education; school culture; appropriation; public school.*

Durante o Estado Novo, sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, foram realizadas várias reformas parciais na educação escolar brasileira – as chamadas “leis orgânicas do ensino”. Trata-se de um conjunto de decretos-leis imposto à sociedade brasileira, pela ditadura getulista, com o intuito de centralizar e nacionalizar os diferentes níveis de ensino. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, sancionada pelo decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), reconfigurou a cultura escolar prescrita pela Reforma Francisco Campos (1931). Em primeiro lugar, redesenhou os dois ciclos existentes no ensino secundário, estabelecendo o ciclo ginásial, com duração de quatro anos, que procurava conferir formação geral, e o ciclo colegial, previsto para três anos, comportando duas opções: o curso clássico, que tonificava a formação nas humanidades clássicas e modernas, e o curso científico, que valorizava as ciências naturais. No entanto, esses dois cursos do ciclo colegial não apresentavam diferenças marcantes, com exceção de latim e grego para o clássico e desenho para o científico (ROMANELLI, 1996, p. 156-159; SOUZA, 2008, p. 182-183).

A Reforma Capanema plasmou a cultura escolar pela revalorização das humanidades clássicas e modernas, que haviam sido substancialmente reduzidas na Reforma de 1931 (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 28). Assim, o ensino de latim tornou-se obrigatório em todas as séries do curso ginásial e do curso clássico, e a língua grega, que havia sido suprimida pela Reforma Francisco Campos, foi reintroduzida em todos os anos do curso clássico. Em contrapartida, a Lei Orgânica do Ensino Secundário prescreveu a exacerbação da nacionalização da cultura escolar, com destaque às disciplinas: português, história, geografia e canto orfeônico. Na exposição de motivos que acompanha o decreto-lei n. 4.244, Capanema (apud NUNES, 1962) afirma que “o ensino secundário deve ser um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades da missão e dos ideais da nação [...]”. Ademais, a Reforma Capanema determinava que a educação das adolescentes mulheres deveria ser feita em colégios de “exclusiva frequência feminina” e, nos estabelecimentos de ensino misto, por meio de “classes exclusivamente femininas” (BRASIL, 1942, p. 6). A cultura escolar pres-

crita na Reforma Capanema, que tinha uma perspectiva conservadora e nacionalista, vigorou até 1961, quando se deu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Os estabelecimentos de ensino secundário que conseguissem implantar os dois ciclos previstos na Reforma Capanema ganhavam o *status* de “colégio”, enquanto aqueles que ofereciam somente o primeiro ciclo do ensino secundário eram considerados “ginásio”. Em Florianópolis – capital do estado de Santa Catarina – o Ginásio Catarinense, administrado pelos padres jesuítas, de caráter privado e voltado exclusivamente para adolescentes do sexo masculino, a partir de 1943, passou a oferecer os dois ciclos do ensino secundário e a se chamar Colégio Catarinense. O Colégio Coração de Jesus, dirigido pelas Irmãs da Divina Providência e especializado em educação primária, normal e ginásial feminina de elite, implantou, a partir de 1947, o primeiro curso científico exclusivo para adolescentes mulheres no estado de Santa Catarina. O Instituto de Educação, educandário público, gratuito e coeducativo, implantou o curso ginásial em 1947 e, três anos depois, o curso científico, viabilizando a criação do Colégio Estadual Dias Velho. Desta forma, na capital catarinense, na década de 1950, o subcampo<sup>1</sup> do ensino secundário era formado por três educandários, sendo dois católicos, privados e distintos em gênero, e um de caráter público, gratuito e coeducativo.

O objetivo do presente ensaio é compreender como cada um desses colégios de ensino secundário, nos anos de 1950, a partir de seus projetos pedagógicos, apropriou a cultura escolar prescrita na Lei Orgânica do Ensino Secundário. O conceito de apropriação é compreendido na perspectiva de Chartier (1990; 1992), que considera serem os bens culturais usados de forma diferente, de modo que a recepção é realizada com criatividade, por meio de resistências, ressignificações e arranjos. Nesse sentido, o foco é

---

1 O conceito de campo como “microcosmo social” que tem autonomia relativa, constituído por leis, jogos e capitais específicos (CHAUVIRÉ; FONTAINE, 2003, p. 16-19), é apoiado em Pierre Bourdieu. Na obra *La noblesse d'état* (BOURDIEU, 1989), ele utiliza o conceito de subcampo para analisar as *grandes écoles* – instituições de educação superior, independentes das universidades, que têm por objetivo formar as elites dirigentes e intelectuais – no campo do ensino superior francês. No presente trabalho o ensino secundário é considerado um subcampo do campo escolar.

colocado sobre “os usos diferenciados e opostos dos mesmos bens culturais, dos mesmos textos e das mesmas ideias” (CHARTIER, 1992, p. 233). A “sociologia histórica das práticas culturais” tal qual a concebe Roger Chartier, inspirada em Norbert Elias e Pierre Bourdieu, procura compreender que os usos diferenciados dos bens culturais são realizados levando em conta os marcadores sociais como religião, gênero, etnia e frações de classe social. A partir dos discursos e normas estabelecidos, as práticas de apropriação operam uma diversidade de usos dos bens culturais, vinculada às disposições de grupos sociais específicos.

Nas instituições escolares os bens culturais também são apropriados de forma diferenciada e inventiva. A cultura escolar prescrita, formada por textos normativos que definem conhecimentos a ensinar e comportamentos a inculcar, é apropriada pelas escolas na tessitura do fazer educativo, plasmando culturas escolares praticadas e singulares (FARIA FILHO; PAULILO; VIDAL, 2004; JULIA, 2001). O conjunto de textos normativos, como a legislação educacional, os regimentos escolares, os projetos pedagógicos, os livros didáticos, entre outros, é ressignificado por meio das operações de transmissão e avaliação das “disciplinas-saber”, podendo ser enriquecidos ou vulgarizados, bem como pelo acréscimo de saberes e de atividades educativas. Para compreender essas “apropriações específicas” da cultura escolar prescrita é imprescindível analisar a constituição e a atuação do corpo dirigente e docente das instituições escolares, bem como considerar o perfil sociológico das suas clientelas. Procurando refletir sobre os diferentes níveis de apropriação da cultura escolar prescrita em instituições educativas, Julia (2002, p. 50) constata:

Os historiadores da educação tratam mais em geral, sobre os textos normativos (planos de estudos, regulamentos, circulares), simplesmente porque tais textos, na maior parte das vezes, têm sido mais bem conservados. Mas é necessário, em cada caso, tentar discernir a distância entre os objetivos enunciados e o ensino realizado. Ao mesmo tempo, convém delimitar precisamente o estatuto exato das fontes selecionadas para análise: certos textos que temos o hábito de considerar, preguiçosamente, apenas normativos são, na realidade, a expressão de experiências pedagógicas efetivamente realizadas.

Assim, pretende-se analisar como foram colocadas em movimento as operações de seleção, organização e avaliação das “disciplinas-saber” e das condutas discentes no Colégio Catarinense, no Colégio Coração de Jesus e no Colégio Estadual Dias Velho na década de 1950. Para compreender as apropriações da cultura escolar prescrita, considera-se a Lei Orgânica do Ensino Secundário, e levam-se em conta também as prescrições estipuladas por esses estabelecimentos de ensino secundário, expressas em regulamentos, resoluções do corpo diretivo, determinações da congregação docente e orientações escritas diversas. Contudo, o foco é colocado sobre as práticas escolares cotidianas, como aulas, rituais escolares, formas de sociabilidade, modos de associativismo, que envolviam atividades intelectuais, culturais, sociais e esportivas. Acredita-se, portanto, que é por meio da análise da forma como eram organizadas as atividades discentes que se pode compreender a singularidade da cultura escolar praticada, vinculada ao perfil da clientela escolar.

## **Cultura escolar jesuíta, masculina e de elite**

O Ginásio Catarinense respondeu rapidamente às exigências da Lei Orgânica do Ensino Secundário, passando a oferecer, no período diurno, os ciclos ginásial e colegial do ensino secundário. Por isso, pelo decreto presidencial n. 11.236, de 8 de janeiro de 1943, o Ginásio Catarinense passou a se chamar Colégio Catarinense. O novo nome desse educandário seria afirmado por meio do seu time de futebol, que passou a denominar-se “Colegial”, e do jornal de seus estudantes intitulado *O Colegial*. Desta forma, em 1944, o Colégio Catarinense formava as primeiras turmas do segundo ciclo do ensino secundário: uma do curso científico e outra do curso clássico. Este último formou mais duas turmas nos anos seguintes e foi suprimido, voltando a ter formandos somente em 1955 e 1957, com turmas de dois alunos, de modo que, no Colégio Catarinense, na década de 1950, houve predomínio do curso científico, escolhido pela grande maioria de seus alunos (COLÉGIO CATARINENSE, 2005, p. 50-53). A preferência pelo curso científico era uma realidade nacional, pois em meados dos anos de 1950 mais de 85% dos estudantes brasileiros do ciclo colegial optavam por esse curso (SOUZA, 2008, p. 205).

O predomínio do curso científico no Colégio Catarinense representava a afirmação e o desdobramento da sua tradição de estudos científicos. De forma diferente do clero secular do Oitocentos, versado nas letras e destacado pela prática da oratória, os padres jesuítas alemães que dirigiram colégios de ensino secundário no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, desde o final do século XIX, tinham sólida formação na área de ciências naturais (LEITE, 1994). Desde os seus primeiros anos, o Colégio Catarinense proporcionou estudos científicos sólidos e consistentes, contando com laboratórios de física, química e história natural importados da Alemanha. A partir de meados do século XX, teve destaque o trabalho científico do padre João Alfredo Rohr, professor de química e física e pesquisador de orquídeas catarinenses (ROHR, 1951, p. 5-18), que se dedicou aos estudos de arqueologia e coordenou a implantação do Museu do Homem do Sambaqui no Colégio Catarinense (SOUZA, 2005, p. 199-214).

O Colégio Catarinense dava uma formação integral aos seus alunos, procurando equilibrar as áreas literária e científica e proporcionar educação física, por meio de aulas e de práticas de esportes, e orientação católica, por meio da disciplina ensino religioso e diversas práticas devocionais. O ensino do vernáculo era muito rigoroso e a elaboração de dissertações era estimulada, mas a arte moderna não era aceita por professores de português como o padre Jeremias (SACHET, 2010, p. 17). Nesse período, as disciplinas matemática, física e química eram ministradas nos três anos do curso científico, biologia era ensinada em duas séries e desenho, somente no último ano. Os saberes científicos eram ensinados por professores bem escolhidos, sendo dinamizados com atividades práticas em laboratórios e visitas de estudos ao museu escolar. A consolidação do curso científico no Colégio Catarinense relacionava-se, em boa medida, à trajetória escolar em nível superior pretendida por seus alunos. O educandário dos jesuítas de Florianópolis era frequentado exclusivamente por adolescentes do sexo masculino, cuja maioria aspirava a ingressar em cursos superiores de prestígio, como medicina, engenharia e direito (idem, p. 23).

Mantendo a tradição de incitamento entre os alunos, instituída desde a sua fundação, na década de 1950, o Colégio Catarinense manteve a prática de classificar os alunos de cada série do curso científico – e dos outros

cursos. Desta forma, nesse sistema de avaliação, em cada série havia “o prêmio por excelência”, “o segundo prêmio”, os “dignos de menção honrosa” e “os primeiros lugares nas matérias” (COLÉGIO CATARINENSE, 1952, p. 46-60). Os resultados da avaliação escolar eram publicados no relatório anual do Colégio Catarinense, que era distribuído aos alunos e suas famílias e disseminados na sociedade florianopolitana e catarinense. A avaliação classificatória concorria, de forma sutil e eficaz, para estimular a produção e a concorrência entre os alunos, que deveriam ser treinados para o êxito nos exames de ingresso em curso superior de prestígio e para os embates na vida pública. Trata-se de estratégias de disciplinamento dos alunos (FOUCAULT, 1993), criadas nos primeiros colégios da Companhia de Jesus e estabelecidas na *Ratio Studiorum* e afinadas nos séculos XIX e XX, que estimulavam o estudo metódico e regular.

O enquadramento dos alunos também era materializado pela constituição da hierarquia escolar, especialmente por meio do padre prefeito – responsável pela disciplina –, e pela separação dos alunos internos e externos em divisões, que tinham o respectivo padre prefeito. É importante frisar que, até a década de 1960, o corpo dirigente e a grande maioria do corpo docente do Colégio Catarinense eram formados por padres da Companhia de Jesus. Desde as primeiras décadas de sua existência, o colégio dos jesuítas de Florianópolis contava com o auxílio de professores leigos, isto é, profissionais que não pertenciam à ordem inaciana, que eram muito bem escolhidos e, geralmente, tinham tido formação religiosa em seminários católicos. Assim, a constituição da diretoria e do corpo docente do Colégio Catarinense tinha estabilidade, o que viabilizava o amálgama de uma cultura escolar compacta em torno de valores católicos e burgueses, geralmente afinados com as expectativas das famílias de origem social privilegiada dos estudantes.

A singularidade da cultura escolar jesuíta, masculina e de elite do Colégio Catarinense, marcada pela “educação total” (FAGUER, 1997), pode ser lida sobremaneira nas suas atividades periescolares, ou seja, atividades educativas acrescidas às disciplinas obrigatórias. Além de esquadrihar o tempo escolar de uma forma produtiva, a educação colocada em prática nesse colégio de jesuítas procurava sequestrar o “tempo livre” dos alunos. No regime de internato, quase todo o tempo dos alunos era programado



com atividades de estudo e de lazer, que operava uma separação mais efetiva entre a escola e a sociedade, intensificando a formação ascética. Os alunos externos eram atraídos para o interior do educandário por meio de atividades sociais, esportivas, culturais e religiosas. Com intensidades variadas para internos e externos, o Colégio Catarinense buscava conferir uma “qualificação profissional” eficaz, que preparasse os seus alunos para o ingresso em cursos superiores, mas também “uma qualificação social”, que formasse lideranças tanto para empresas privadas como para o setor público (FAGUER, 1997, p. 13). Esse aprendizado específico era realizado especialmente nas associações de estudantes, organizadas e dirigidas pela direção do colégio, que viabilizavam a construção de relações sociais estreitas, duradouras e socialmente úteis.

O associativismo estudantil tinha longa tradição no Colégio Catarinense, especialmente nas congregações marianas – associações de cunho devocional e social específicas para as divisões do internato e do externato. No entanto, em meados da década de 1940, foram criadas novas organizações estudantis – às vezes vinculadas às congregações marianas – como a Associação Desportiva Colegial, o Grêmio Cultural “Padre Schrader”, o Clube Pan-Americano Colombo, a Juventude Estudantil Católica (JEC) e o Grêmio Oratório “Vieira” (SOUZA, 2005, p. 181). Este último havia sido criado em 1947, vinculada à Congregação Mariana do Internato, com o intuito de lapidar oradores e declamadores, tendo recebido a visita de deputados estaduais e de professores diversos (COLÉGIO CATARINENSE, 1947, p. 99). O cronista do Colégio Catarinense registra em 1954: “Renasce também neste ano o G. O. V. (Grêmio Oratório Vieira). Conta com dez membros masculinos, elite escolhida a dedo, e também uma filiação feminina de 14 alunas do Colégio Coração de Jesus” (idem, 1958, p. 52). Nas congregações marianas do externato, a prática da oratória também era exercitada, como afirma o seu cronista:

Geralmente, realizavam-se, de quinze em quinze dias, reuniões no salão nobre do Colégio Catarinense. Para estas ocasiões eram, segundo antigo costume, sorteados dois oradores, dando assim aos congregados ensejo de exercitarem-se na arte de falar em público. Houve muitos trabalhos bem valiosos (idem, 1951, p. 38).

O Grêmio Cultural “Padre Schrader” foi instituído em 3 de agosto de 1945 e era constituído por alunos externos do curso científico. O nome homenageava um professor do Colégio Catarinense muito distinto na área das ciências naturais, que falecera no início daquele ano. O Clube Pan-Americano “Colombo”, como o nome expressa, dedicava-se a disseminar o pan-americanismo emergente nos anos após a Segunda Guerra Mundial. Para comemorar o dia do pan-americanismo, em 14 de abril de 1947, os clubes de Oratória Vieira e o Pan-Americano realizaram uma sessão de estudos e debates, quando proferiram discursos vários alunos e o deputado Antônio Carlos Konder Reis, que convocou os estudantes católicos a se contrapor à recém-criada Juventude Comunista (DALLABRIDA; MARTINI, 2010, p. 69). O anticomunismo católico colocava-se, de forma vigorosa, no corpo docente e dirigente do Colégio Catarinense, bem como nos textos e nas charges publicados nos jornais estudantis *O Colegial: órgão dos alunos do Colégio Catarinense* e *Mariano* (DALLABRIDA; MELLO, 2010).

As organizações estudantis proporcionavam aos alunos a aquisição de habilidades socialmente distintas, como a capacidade de trabalho em grupo, de planejamento e de execução de projetos, o exercício da liderança política e o treinamento de declamatória e de oratória. Da mesma forma, a existência dos jornais estudantis concorria para boa parte dos estudantes ter um treino na arte da escrita, que exigia conhecimentos gramaticais e trabalho sistemático e criativo. Nos anos de 1940 e 1950, essas habilidades eram próprias do *habitus* de homens de elite, que eram preparados para atuar na vida pública. De outra parte, as associações estudantis contribuíam para a formação do *esprit des corps* dos alunos dos colégios da Companhia de Jesus, que após a formatura era atualizado por meio da associação dos ex-alunos dos jesuítas. As associações estudantis, portanto, contribuíam para realizar, de forma distinta, a “qualificação social” dos alunos do Colégio Catarinense.

As prescrições para o curso científico em nível nacional foram reinventadas pelo corpo dirigente e docente do Colégio Catarinense, dando-lhe uma formatação jesuítica, masculina e elitista. Essa cultura escolar colocada em marcha nesse estabelecimento de ensino secundário, viabilizada pela estabilidade de seu corpo dirigente e docente, propor-

cionava um grande enquadramento dos alunos do Colégio Catarinense, que eram preparados para o ingresso nos cursos superiores de prestígio por meio da transmissão de conhecimentos e da interiorização de condutas de elite.

## Curso científico para moças modernas

A implantação do ensino secundário no Colégio Coração de Jesus deu-se de maneira singular em virtude da história desse estabelecimento de ensino. Na primeira metade do século XX, ele oferecia jardim de infância e os cursos primário, normal e ginásial para meninas e moças oriundas de famílias abastadas de Florianópolis e do interior do estado de Santa Catarina. As professoras desses níveis de ensino eram freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência, cujo núcleo fundador do colégio havia imigrado da Alemanha no final do século XIX (GARCIA, 2007). Tratava-se de um espaço de educação formal de mulheres que, dentro da divisão burguesa “tradicional”, preparavam-se para ser esposas de homens bem-sucedidos e boas mães de família, podendo atuar em alguns espaços restritos da vida pública, como no magistério primário.

Em meados da década de 1940, com a redemocratização e modernização da sociedade brasileira, a mulher passou a buscar alternativas sociais além do papel conjugal e maternal “tradicional”, que havia sido reforçado pelo Estado Novo. Para tanto, seria necessária uma nova educação escolar, que viabilizasse o ingresso das mulheres no ensino superior e em profissões especializadas. Essa tendência foi percebida pela Irmã Marilza (1946), diretora do Colégio Coração de Jesus, que, em uma carta a Aderbal Ramos da Silva – futuro governador de Santa Catarina –, indica a importância de o Estado catarinense ter um segundo ciclo do ensino secundário para adolescentes mulheres, afirmando:

Hoje, como, aliás, já há vários anos, faz-se sentir em nossa Capital a premente necessidade de haver um colégio (curso clássico) feminino, a fim de que nossas jovens possam encaminhar-se para alguma faculdade, principalmente a de filosofia, que nos prepara o professorado para os cursos secundários.

Levando em conta a cultura escolar feminina do Colégio Coração de Jesus, a implantação do segundo ciclo do ensino secundário poderia ter se dado por meio do curso clássico, que enfatizava as humanidades. No entanto, em 1947, o Colégio Coração de Jesus passou a oferecer, no período diurno, o curso científico para mulheres que pretendiam verticalizar a sua educação escolar e, especialmente, ingressar em cursos superiores. Esse passo representou uma mudança significativa no colégio, especialmente no tocante à constituição do corpo docente, pois a grande maioria das freiras era preparada para atuar no ensino primário e normal, e o curso científico exigia professores especializados. Para a implantação do curso científico, foi imprescindível a contratação de professores/as leigos/as, isto é, docentes que não pertenciam à Congregação das Irmãs da Divina Providência, alguns deles do sexo masculino, mas afinados com o propósito católico do educandário.

Segundo a Lei Orgânica do Ensino Secundário, o curso científico tinha uma carga horária maior para as disciplinas ligadas à área das ciências naturais, como física e química, que deveriam ser ensinadas também por meio de experiências em laboratórios. Contudo, no curso científico do Colégio Coração de Jesus, os laboratórios não eram regularmente utilizados pelas alunas, de forma que as disciplinas do eixo científico eram ministradas na sala de aula, com exceção de desenho e educação física, que tinham locais específicos (MARTINI, 2008). Este fato é relatado por egressas do curso científico, como Solange Donner, que afirma que o Colégio Coração de Jesus tinha laboratórios, mas as aulas de química e física eram ditadas e os seus exercícios eram decorados (DONNER, 2008, p. 8). Sobre as aulas de química, a ex-aluna Rosa Pellense relembra que era tudo decorado, concluindo: “Tudo no quadro ou no nosso caderno. Eles passavam [o conteúdo] num dia e nós tínhamos que levar aquilo tudo pronto na ponta da língua no dia seguinte” (PELLENSE, 2008, p. 12). Na atmosfera feminina do Colégio Coração de Jesus, as disciplinas de cunho matemático-científico do curso científico eram ressignificadas de forma tradicional e aligeirada.

O ensino de português e das línguas estrangeiras era bem cuidado, convertendo-se em sinal distintivo da cultura escolar do Colégio Coração de Jesus. A língua portuguesa era ensinada por freiras, que eram rigorosas

com as regras gramaticais e incentivavam muito a prática da redação sistemática, assim como o contato com a literatura brasileira e portuguesa. Um estímulo sutil à elaboração de textos em português era implementado por meio da *Pétalas*, revista semestral do Colégio Coração de Jesus, que publicava trabalhos de alunas. As egressas do curso científico constatarem que se destacaram nos vestibulares graças às excelentes aulas de português que tiveram no Colégio Coração de Jesus. Entre as línguas estrangeiras, inglês e francês eram ministrados nos dois primeiros anos do curso científico e tinham mais destaque, enquanto o espanhol era restrito ao primeiro ano. Segundo o relato de alunas egressas, a língua de Victor Hugo está muito mais presente e fez/faz parte de sua vida pela leitura de clássicos da literatura francesa (MARTINI, 2008, p. 32-43). Verifica-se, portanto, que as línguas e literaturas eram muito valorizadas e incentivadas.

Em contrapartida, o Colégio Coração de Jesus procurava inculcar nas suas alunas condutas próprias do *habitus* burguês das mulheres das décadas de 1940 e 1950, em que se distinguiam as atitudes sóbrias e elegantes, bem como a autodisciplina (BOURDIEU, 2007, p. 20). Para tanto, os uniformes das alunas do curso científico davam-lhes distinção no interior do colégio, procurando diferenciá-las das outras alunas. Enquanto as normalistas e ginásianas tinham o uniforme tradicional formado por “saia grená pregueada com tirantes largos e blusa de fustão branca”, as alunas do segundo ciclo do ensino secundário trajavam um terninho elegante, acompanhado de luvas, chapéu e sapatos pretos com um leve salto, que as aproximava das madames de alta sociedade (MARTINI, 2008, p. 68-71). Os rituais católicos, como o exame de consciência, confissão, missa e devoções, contribuía, de modo eficaz, para a regulação dos corpos distintos e a efetivação da “boa educação” (SAINT MARTIN, 1999). Esse enquadramento disciplinar burguês, católico e feminino era, evidentemente, mais intenso entre as alunas internas, cujo “tempo livre” era quase todo sequestrado pela escola.

A ressignificação da cultura escolar prescrita para o ensino secundário pode ser constatada, de modo particular, no associativismo estudantil no Colégio Coração de Jesus. O Clube de Sociologia “Tristão de Ataíde”, a Juventude Escolar Católica (JEC) e a “Liga da Bondade” proporcionavam práticas de sociabilidade cujo fim era incitar entre as alunas a

adesão aos princípios católicos, bem como desenvolver o espírito de filantropia e solidariedade. O Clube de Sociologia do Colégio Coração de Jesus, cujo nome homenageava o principal intelectual católico leigo, realizou em 1949, juntamente com a JEC, um inquérito sociológico nos morros do Mocotó e da Caixa d'Água e promoveu uma discussão sobre aquelas comunidades da periferia de Florianópolis e as possíveis ações para minimizar a sua situação de pobreza (COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, 1949, p. 28). Conforme escreveu uma aluna na revista *Pétalas*: “A Liga da Bondade é de tamanha importância para nossa formação, pois ela nos leva a trabalhar por Deus, a praticar a caridade mesmo que ninguém o veja. Por isso, vamos esforçar-nos para termos sempre como lema ‘Tudo pela Glória de Deus’” (LIGA..., 1948, p. 39). As atividades da “Liga da Bondade” eram divulgadas em jornais de grande circulação local, especialmente em épocas festivas como páscoa e natal, em que as alunas distribuía presentes e donativos às comunidades pobres, asilos, hospitais e orfanatos. O “aprendizado do voluntariado” (SAINT MARTIN, 1999, p. 118) era uma “qualificação social” importante na formação das alunas do ensino secundário do Colégio Coração de Jesus.

O colégio das Irmãs da Divina Providência contava com outras associações estudantis, como o Grêmio Cultural “Rui Barbosa” e o Grêmio “Joaquim Nabuco”. Este último tinha a finalidade de organizar e divulgar festas e missas, bem como criar e representar peças teatrais – geralmente de cunho religioso –, e contava também com o Clube de Leitura “Maria Desidéria”. Assim, nos registros da reunião do Clube de Leitura “Maria Desidéria”, de 17 de abril de 1953, encontra-se a seguinte anotação: “[...] foi lembrado no início da reunião que o clube de leitura tem por objetivo insistir constantemente nas boas leituras e sua apreciação, como também combater, com energia, as más leituras e os pouco morais conteúdos de livros e revistas que circulam pela cidade” (COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, 1953, p. 78). O direcionamento para a chamada “boa leitura” era uma das preocupações centrais do corpo diretivo e docente do distinto colégio de freiras de Florianópolis.

O Colégio Coração de Jesus promovia a visibilidade das suas alunas egressas e suas trajetórias sociais, especialmente na seção “Noticiário” da revista *Pétalas*. Esse espaço dedicado às ex-alunas era subdividido em comunicados de “noivados”, “núpcias”, “vida nova”, nascimento de filhos/

as, festas de aniversários, que davam relevo especial à vida familiar de mulheres que tinham passado pelo colégio das Irmãs da Divina Providência de Florianópolis. As boas notícias das alunas egressas ajudavam a tecer e a manter uma rede durável de relações sociais, renovavam os laços de amizade e proporcionavam um sentimento de pertencimento, fazendo com que as alunas ali socializadas se reconhecessem como um grupo social privilegiado (MARTINI, 2008, p. 74). Essa forma de “dar a ver” o êxito das ex-alunas era feminina pelo fato de focalizar sobremaneira a vida privada, diferenciando-se do foco na vida pública dos alunos egressos do Colégio Catarinense.

Os conteúdos curriculares ressignificados, a disciplina e os rituais escolares de caráter burguês, católico e feminino, as associações de corte filantrópico e/ou cultural colocados em movimento no curso científico do Colégio Coração de Jesus contribuíram para a formação de mulheres de elite que desejavam verticalizar a escolarização e ingressar em cursos superiores. Essa experiência escolar, única em Santa Catarina nas décadas de 1940 e 1950, provocou um deslocamento na tradição do Colégio Coração de Jesus e respondeu aos anseios de parte das mulheres de classes privilegiadas que desejavam ser modernas, por meio da inserção em carreiras profissionais dominadas pelos homens.

## **Ensino secundário público, gratuito e coeducativo**

O governo do estado de Santa Catarina implantou, por meio do decreto n. 616, de 4 de novembro de 1949, o segundo ciclo do ensino secundário no Instituto Estadual Dias Velho e instituiu um colégio estadual homônimo (SANTA CATARINA, 1949). No início do ano seguinte, o Colégio Estadual Dias Velho foi autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde a funcionar, ganhando visibilidade em 15 de março de 1950, quando foi realizada a aula inaugural dos cursos clássico e científico, proferida pelo professor Altino Flores – membro distinto da Academia Catarinense de Letras –, que abordou aspectos da história antiga (OLIVEIRA, 1950, p. 2). A implantação do segundo ciclo do ensino secundário foi o coroamento de um processo que havia iniciado em 1947, quando o Instituto de Educação Dias Velho passou a oferecer o curso ginasial. Desta forma, desde

a década de 1950, o Colégio Estadual Dias Velho proporcionava o ensino secundário completo, especialmente para aqueles adolescentes que não podiam ou não queriam pagar por esse nível de escolarização oferecido pelos colégios privados e/ou desejavam ter educação pública e laica.

A implantação do ensino secundário no Instituto Estadual Dias Velho representava uma transformação significativa na sua tradição educacional. Esse educandário havia sido criado em 1892, sob o nome de Escola Normal Catarinense, como parte da construção do regime republicano em Santa Catarina, tendo se consolidado como escola de excelência na formação de professoras/es do ensino primário. Em 1935, a Escola Normal Catarinense passou a se chamar Instituto de Educação e veio a ser renovada à luz dos princípios da Escola Nova. No entanto, a tradição de formação de docentes começou a ser quebrada em 1947, quando o Instituto Estadual ganhou o nome de “Dias Velho” – em homenagem ao bandeirante paulista que é considerado o fundador da cidade de Florianópolis – e passou a oferecer o curso ginásial (SANTA CATARINA, 1947). Esse deslocamento desdobrou-se no início da década de 1950, com o estabelecimento dos cursos científico e clássico, alterando de forma significativa o número e o perfil de estudantes do antigo instituto de educação.

O Colégio Estadual Dias Velho oferecia os cursos científico e clássico, as duas opções do ciclo colegial do ensino secundário brasileiro, diferenciando-se do Colégio Catarinense e do Colégio Coração de Jesus, que somente ofereciam o curso científico. Contudo, havia uma diferença entre o curso clássico, cujos alunos eram em número menor e geralmente ingressavam nas faculdades de Florianópolis, e o curso científico, que tinha maior número de alunos, os quais geralmente ambicionavam fazer cursos superiores de elite em outras cidades – especialmente medicina e engenharia. No Colégio Estadual Dias Velho, os cursos clássico e científico eram oferecidos no período noturno, de forma coeducativa e somente em regime de externato, pois parte de sua clientela trabalhava durante o dia.

Como parte integrante do sistema de ensino público do estado de Santa Catarina, o Colégio Estadual Dias Velho selecionava os seus professores por concurso público, procedimento republicano que concorria para a qualidade e a diversidade pedagógica e política do seu corpo docente. Esses docentes concursados eram chamados de lentes catedráticos e tinham prestígio



social, pois pertenciam ao estabelecimento público de referência em Santa Catarina, diferenciando-se dos professores que tinham contrato temporário (SACHET, 2010, p. 1-10). No entanto, a grande maioria do corpo docente do Colégio Estadual Dias Velho era formada por professores leigos, que não tinham formação específica na área em que ministravam as disciplinas.

Segundo os depoimentos dos ex-professores Eglê Malheiros (2009, p. 8), Celestino Sachet (2010, p. 25) e Osvaldo Ferreira de Melo (2010, p. 4-5), no Colégio Estadual Dias Velho havia um clima de liberdade, cordialidade e respeito mútuo, mas o seu corpo docente era marcado pela diversidade ideológica e religiosa. Havia professores católicos, espíritas e até um cristão ortodoxo – Monsenhor Khryssadis, que era titular de grego –, mas ninguém fazia proselitismo religioso. Havia também um pequeno grupo de professores comunistas, como Eglê Malheiros, Anacleto Damiani e José Martins Neto, que tinham vinculações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (MALHEIROS, 2009, p. 5). Este último docente era conhecido na cidade de Florianópolis como “professor Martins”, lecionava física e química e ocupou a função de tesoureiro no PCB (MARTINS, 1995, p. 207-210). Pelo fato de ser militante socialista e filiada ao PCB, a professora Eglê Malheiros sofreu processos judiciais, junto com o professor Martins, movidos por denúncias de colegas ou de pais de alunos/as. Com o golpe militar de 1964, ela foi afastada do Colégio Estadual Dias Velho e “colocada em disponibilidade”, retornando à sua função docente quinze anos depois, quando ocorreu a anistia política (MALHEIROS, 2009, p. 8; 20).

Além da diversidade religiosa e política, o corpo docente e dirigente do Colégio Estadual Dias Velho apresentava alguns perfis inusitados. No período 1945-1948, bem como em 1950-1951, a diretora do Instituto de Educação Dias Velho foi Antonieta de Barros, afrodescendente, cronista e professora de português, que em 1934 tinha sido eleita a primeira mulher a ocupar cargo legislativo como deputada estadual de Santa Catarina. Nesse período, ela acompanhou o processo de criação do curso ginásial, em 1947, e dos cursos clássico e científico, dois anos depois, viabilizando o estabelecimento do Colégio Estadual Dias Velho. No início da década de 1930, a professora Antonieta de Barros havia defendido a criação de um curso secundário para mulheres, que se concretizaria, sob a sua direção, no Colégio Estadual Dias Velho, que acolhia indistintamente adolescen-

tes homens e mulheres (NUNES, 2001, p. 256-257). Ademais, segundo Malheiros (2009, p. 9), entre os professores do Colégio havia alguns que eram separados de seus parceiros conjugais e, certamente, não seriam aceitos nos colégios católicos da cidade de Florianópolis.

Alguns professores/as do Colégio Estadual Dias Velho, como Eglê Malheiros, Aníbal Nunes Pires, Aldo Nunes e Osvaldo Ferreira de Melo, participavam do “Círculo de Arte Moderna”, que editou a revista *SUL* entre 1948 e 1957, sendo por isso mais conhecido como “Grupo SUL” (MELO, 2010, p. 2; SABINO, 1981, p. 24-36). Aníbal Nunes Pires foi o principal diretor da revista *SUL* e principal líder do grupo modernista de Florianópolis (CORRÊA, 2006, p. 31). Aliás, o Instituto de Educação Dias Velho abrigou, em 1948, a primeira exposição de arte contemporânea na pacata cidade de Florianópolis, a qual contou com telas de Portinari e foi promovida pelo Grupo SUL, que no início daquele ano havia lançado o primeiro número da sua revista. Tal mostra de arte moderna chocou boa parte da intelectualidade da capital catarinense, reunida sobretudo na Academia Catarinense de Letras, e entusiasmou o Grupo SUL e boa parte da juventude (MIGUEL, 2008, p. 2). Além de tonificar a disputa no campo artístico catarinense, essa exposição engendrou a fundação do Museu de Arte de Santa Catarina.

A diversidade da formação política, religiosa e cultural do corpo docente do Colégio Estadual Dias Velho proporcionava apropriações diversificadas da cultura escolar prescrita pela Lei Orgânica do Ensino Secundário. Por exemplo, a disciplina de história ministrada pela professora Eglê Malheiros, militante comunista e integrante do Grupo SUL, diferenciava-se da dos professores de história dos estabelecimentos de ensino secundário de Florianópolis. Ela adotava “uma perspectiva marxista”, apoiando-se especialmente nas obras *Formação política do Brasil* e *História econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior. Sobre a sua prática docente, afirma: “Era comum pedirem para as crianças decorarem quais tinham sido os governadores gerais, com a data exata, e não se falava em latifúndio, em monocultura, em pacto colonial; eu já abordava esses tópicos e me baseava muito no Caio Prado Júnior e outros historiadores” (MALHEIROS, 2009, p. 3). A professora Eglê considera que os livros didáticos de história da sua época de professora eram muito factuais e

descontextualizados, por isso ela estimulava a leitura de outros livros, com o objetivo de “desenvolver o espírito crítico”.

Nos cursos científico e clássico do Colégio Estadual Dias Velho, eram colocadas em movimento estratégias disciplinares já arraigadas na cultura escolar do ensino secundário brasileiro, como o controle do tempo e do espaço, a realização de provas regulares e do exame final, a exigência do porte da caderneta escolar, o uso do uniforme escolar, entre outros. Todavia, o ritmo disciplinar oscilava de acordo com a direção desse educandário público, indicada pelo governador do estado de Santa Catarina e que geralmente era marcada por gestões de curta duração. Por exemplo, no segundo semestre de 1953, o professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva, militar de carreira, assumiu a direção do Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho, com vistas a imprimir um regime disciplinar mais intenso. Ele fez publicar um “Aviso” no jornal *A Gazeta* (SILVA, 1953, p. 6) em que afirmava que a direção e os professores tinham as seguintes determinações: “1 – Exigirão dos alunos a máxima disciplina, quer dentro do Estabelecimento, quer na rua, quando uniformizados. 2 – Obrigarão os alunos a fazer grande esforço nos estudos a fim de que obtenham conhecimentos”. O enérgico diretor solicitava aos pais que os seus filhos sempre estivessem uniformizados, que vigiassem as atividades escolares e a frequência às aulas e limitassem a leitura de revistas de quadrinhos e a ida aos cinemas.

Em relação aos colégios católicos de Florianópolis, os alunos do Colégio Estadual Dias Velho eram menos regulados, em boa medida devido à atmosfera escolar aberta de um educandário público e laico, bem como pelo fato de seus cursos clássico e científico funcionarem no período noturno e somente em regime de externato. Celestino Sachet (2010, p. 22), professor de espanhol no Colégio Catarinense e no Colégio Estadual Dias Velho, na segunda metade da década de 1950, constata que havia seriedade e qualidade de ensino nessas duas escolas, mas percebe diferenças sutis entre os seus alunos. Procurando comparar os alunos desses dois estabelecimentos de ensino, conclui:

Os alunos do Colégio Estadual Dias Velho (agora me veio) eram muito mais corajosos e criativos talvez por não serem tão vigiados quanto os alunos do [Colégio] Catarinense. [...] Ousados. Essa é a palavra. Mais ousados. Tam-

bém me lembro, no Instituto [de Educação e Colégio Estadual Dias Velho] novamente. Era semana da Pátria e querendo ligar a aula com a atmosfera patriótica da ocasião, perguntei a um deles: “O que é o 7 de setembro para você?”, e ele disse: “Mais um feriado”. Eles eram mais criativos e desinibidos.

No início da década de 1950, o associativismo estudantil fez-se presente no Colégio Estadual Dias Velho, especialmente aquele de caráter cultural. Em 1951 foi formado o “Grupo de Estudantes de Teatro do Colégio Estadual Dias Velho”, que estreou no Teatro Álvaro de Carvalho – então a principal casa de espetáculos cênicos de Florianópolis – em 13 de julho daquele ano, com a apresentação de duas peças teatrais. A primeira delas era intitulada “O Louco”, cuja autoria era do aluno Hudo Mund Junior, sendo dirigida por J. P. Silveira de Souza e interpretada por este e por Sílvio José do Vale Pereira. A outra peça apresentada foi “O Urso”, de Anton Tchekoff, que contou com a participação dos alunos Lígia Moellmann, Carlos Aduato Vieira e Hugo Mund Júnior (OLIVEIRA, 1951, p. 7). Nesse momento histórico, em Florianópolis as artes cênicas haviam sido renovadas, desde o final da década de 1940, pelo “Teatro Experimental do Círculo de Arte Moderna” (TECAM), parte integrante do Grupo SUL. Hugo Mund Júnior, João Paulo Silveira de Souza e Lígia Moellmann, os alunos do Colégio Estadual Dias Velho, participavam das apresentações teatrais do grupo modernista catarinense (SABINO, 1981, p. 37-48).

No ano seguinte, foi instituído o Grêmio Cultural Professor José Brasilício, formado por alunos dos cursos clássico e científico do Colégio Estadual Dias Velho, que teve vida longa. O nome dessa associação estudantil homenageava José Brasilício de Souza, um dos principais professores do Ginásio Catarinense, que era um erudito e autor da música do Hino de Santa Catarina (SOUSA, 2002, p. 59-70). A diretoria dessa associação era escolhida por eleição direta e geralmente não sofria monitoramento do corpo diretivo e docente do Colégio Estadual Dias Velho (MOVIMENTO..., 1952, p. 6). Em 1961, por intermédio de seu jornal *A mensagem*, esse grêmio estudantil promoveu, juntamente com a direção do Instituto Estadual e Colégio Estadual Dias Velho, um concurso de monografias sobre a vida e obra de Cruz e Sousa, com o fito de celebrar o centenário do principal poeta simbolista catarinense. O concurso permitia a participação dos/as alunos/

as dos cursos científico, clássico e normal, e os primeiros cinco colocados ganhariam as obras completas de Cruz e Sousa (SECUNDARISTAS..., 1961, p. 2).

Outro traço que distinguia o Colégio Estadual Dias Velho dos outros educandários de ensino secundário de Florianópolis, na década de 1950, era a prática da coeducação, ou seja, a formação das classes com alunas e alunos. O acesso indistinto aos adolescentes dos dois sexos indica modernização e democratização da escola pública, diferenciando-se dos colégios católicos distintos em gênero. Segundo Malheiros (2009, p. 12), o ensino coeducativo era considerado “um motivo de orgulho” no Colégio Estadual Dias Velho e representou um avanço significativo. No entanto, na década de 1950, o número de alunas sempre foi bem menor que o de alunos, particularmente no curso científico, que preparava para os cursos superiores mais elitizados que não eram oferecidos em Florianópolis. As diretorias do Grêmio Cultural Professor José Brasilício eram dominadas pelos alunos, ficando para as alunas cargos secundários.

A cultura escolar colocada em prática nos cursos clássico e científico do Colégio Estadual Dias Velho foi marcada pela diversidade política, religiosa e cultural do seu corpo dirigente e docente – própria de um estabelecimento de ensino público e laico. Essa diversidade de visões de mundo dos professores contribuiu para uma formação escolar mais aberta, sem deixar de ser rigorosa e disciplinada. Desta maneira, os estudantes secundaristas do colégio público de Florianópolis, em geral, eram menos enquadrados e controlados do que os alunos dos colégios católicos. Esse estilo pedagógico mais solto e brando pode ser percebido nas estratégias de organização, transmissão e avaliação dos saberes e na inculcação de condutas. E também na organização do Grêmio Cultural Professor José Brasilício, em que as diretorias eram eleitas democraticamente e sem o controle permanente da direção da escola.

## **Considerações finais**

Ao cotejar os três colégios de ensino secundário existentes em Florianópolis na década de 1950, constata-se uma primeira clivagem

dividindo os dois educandários católicos e o colégio público estadual. Enquanto o Colégio Catarinense e o Colégio Coração de Jesus eram pagos, o Colégio Estadual Dias Velho era gratuito. *Grosso modo*, essa diferença era decisiva para a formação das clientelas escolares específicas, de maneira que, nos colégios católicos, os estudantes pertenciam às classes economicamente privilegiadas, com exceção dos alunos/as-bolsistas, que eram oriundos de classes populares, as quais, por meio de mediadores sociais e muito esforço, conseguiam ingressar numa escola de elite. Em contrapartida, o Colégio Estadual Dias Velho era frequentado especialmente por frações da classe média, sobretudo a fração intelectualizada, bem como por alguns alunos de classes abastadas, que eram rebeldes e/ou desejavam ter uma educação pública e laica, e de classes populares.

Percebe-se também que, nos dois colégios católicos, existia uma cultura escolar que procurava enquadrar e regular mais os estudantes, com regras disciplinares rigorosas e com o estímulo ao associativismo estudantil monitorado pelo corpo diretivo e docente, que concorriam para a formação de quadros de elite. Essa “educação total” colocava-se de forma mais intensa e exigente no internato desses colégios, em que o cotidiano dos estudantes era, efetivamente, sequestrado pela instituição escolar, mas também se colocava entre os alunos externos, especialmente por meio do pertencimento a associações estudantis. Esse processo contribuía para a interiorização e burilamento de um *habitus* burguês, que envolvia treinamento para apresentações em público, por meio da execução de peças de oratória e de atividades que envolviam a realização de projetos coletivos e exercícios de liderança.

Por sua vez, embora colocasse em marcha princípios disciplinares comuns à escola pública republicana, o Colégio Estadual Dias Velho tinha uma forma de enquadramento menos reguladora e concentrava-se somente num único turno de aulas – o noturno – e em regime de externato. Deve-se considerar que o disciplinamento corporal era mais brando e laxo e dependia da orientação da direção do colégio, que geralmente oscilava porque estava vinculada à política partidária. E, dada a prática da coeducação, o disciplinamento discente era dirigido tanto para alunos como para alunas. Essa diferença também pode ser percebida em relação aos professores dos três colégios, pois enquanto os colégios católicos tinham um corpo docente homogêneo, estável e afinado com o ideário católico e burguês, o colégio público tinha um corpo docente

diversificado do ponto de vista pedagógico, político e religioso, o que permitia um contato com as ideias socialistas e com a arte moderna.

Entre os dois colégios católicos verificam-se alguns aspectos comuns da cultura escolar, como a utilização de saberes e de rituais católicos de corte burguês para formar os alunos/as, mas principalmente diferenças marcantes de gênero. A partir de uma cultura escolar prescrita comum em nível nacional, o Colégio Catarinense realizava uma apropriação masculina, ao passo que o Colégio Coração de Jesus imprimia uma perspectiva feminina às suas práticas escolares. Essa diferença pode ser constatada na seleção e transmissão das “disciplinas-saber”, mas especialmente nos processos de socialização e de associativismo escolar, em que os adolescentes homens eram formados para a competição e futura atuação na vida pública, enquanto as mulheres eram educadas de uma forma mais reservada e discreta para a vida universitária e profissional.

## Referências

BOURDIEU, P. *La noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989 (Le sens commun).

\_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Lei Orgânica do Ensino Secundário*. Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, L. (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, v. 6, 1992. p. 211-238.

CHAUVIRÉ, C.; FONTAINE, O. *Le vocabulaire de Bourdieu*. Paris: Ellipses, 2003.

COLÉGIO CATARINENSE. *Relatório do Colégio Catarinense*: publicado no fim do ano letivo de 1947. Florianópolis: Colégio Catarinense, 1947.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Colégio Catarinense* (Ginásio Catarinense). Florianópolis: Colégio Catarinense, 1951.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Colégio Catarinense* (Ginásio Catarinense). Florianópolis: Colégio Catarinense, 1952.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Cinquentenário do Colégio Catarinense* (anexos relatórios de 1957 e 1958). Florianópolis: Colégio Catarinense, 1958.

\_\_\_\_\_. *Livro dos formandos: cem anos do Colégio Catarinense*. Florianópolis: Colégio Catarinense, 2005.

COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS. *Relatório Anual 1949-1950*. Florianópolis, 1949.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Florianópolis, n. 51, jul. 1953.

CORRÊA, C. H. O Gama Rosa do século XX. In: MALHEIROS, E.; MIGUEL, S.; SOUZA, S.; PIRES, Z. (Org.). *Aníbal Nunes Pires: educação e literatura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 31-33.

DALLABRIDA, N.; MARTINI, E. M. S. Colégios de elite distintos em gênero. *Educação UNISINOS*, São Leopoldo, v. 14, n. 1, jan./abr. 2010.

DALLABRIDA, N.; MELLO, J. T. S. O polvo é vermelho: anticomunismo em jornais estudantis de um colégio católico de elite (1945-1950). *Revista Letras Com Vida: Literatura, Cultura e Arte*, Lisboa, n. 1, p. 96-103, jan./jun. 2010.

DONNER, S. T. P. M. *Entrevista concedida a Estela Maris Sartori Martini*. Florianópolis, 26 mar. 2008.

FAGUER, J.-P. Os efeitos de uma “educação total”: um colégio jesuíta, 1960. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 58, p. 9-53, jul. 1997.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GARCIA, L. C. Sobre mulheres distintas e disciplinadas: práticas escolares e relações de gênero no Ginásio Feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945). In: DALLABRIDA, N.; CARMINATI, C. J. *O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX-meados do século XX)*. Campinas: Mercado de Letras; Florianópolis: UDESC, 2007. p. 111-137.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

\_\_\_\_\_. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.

LEITE, L. Pensando a ciência de São Leopoldo a Florianópolis: P. Godofredo Schrader S. J. 1875-1945. *Scientia*, São Leopoldo, v. 5, p. 118-137, 1994.



LIGA DA BOA VONTADE. *Pétalas* – Periódico semestral do Colégio Coração de Jesus. Florianópolis, dez. 1948.

MALHEIROS, E. *Entrevista concedida a Norberto Dallabrida*. Florianópolis, 8 de junho de 2009.

MARILZA, I. *Carta ao senhor Aderbal Ramos da Silva*. Florianópolis, 4. fev. 1946.

MARTINI, E. M. S. *Curso científico do Colégio Coração de Jesus: cultura escolar e socialização das elites femininas de Santa Catarina (1947-1961)*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis.

MARTINS, C. *Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB Catarinense*. Florianópolis: Paraleta 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MELO, O. F. *Entrevista concedida a Norberto Dallabrida*. Florianópolis, 14. jun. 2010.

MIGUEL, S. Masc sessentão: a atuação de Marques Rebelo e do grupo da revista *SUL* na fundação do Museu de Arte de Santa Catarina. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 3 maio 2008. Cultura, p. 2.

MOVIMENTO Pré-Universitário. *A Gazeta*, Florianópolis, n. 4.135, p. 6, 15 jun. 1952.

NUNES, K. L. D. Antonieta de Barros: uma história. In: MORG, A. E. (Org.). *História das mulheres de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2001. p. 250-268.

NUNES, M. T. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiro, 1962 (Textos Brasileiros de Pedagogia, 2).

OLIVEIRA, J. Aula inicial. *A Gazeta*, Florianópolis, n. 3.682, p. 2, 26 mar. 1950.

OLIVEIRA, S. Teatro – Estreia Brilhante do G.E.T. *A Gazeta*, Florianópolis, n. 3.956, p. 7, 15 jul. 1951.

PELLENSE, R. *Entrevista concedida a Estela Maris Sartori Martini*. Florianópolis, 15 mar. 2008.

ROHR, P. J. A. Orquídeas. In: COLÉGIO CATARINENSE. *Relatório do Colégio Catarinense* (Ginásio Catarinense). Florianópolis: Colégio Catarinense, 1951. p. 5-18.

ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 18. ed. Vozes, 1996.

SABINO, L. L. *Grupo Sul: o modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SACHET, C. *Entrevista concedida a Norberto Dallabrida*. Florianópolis, 13 de maio de 2010.

SAINT MARTIN, M. Uma “boa” educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 66, p. 104-122, abr. 1999.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto n. 3.779, de 27 de janeiro de 1947. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 29/1/1947, n. 3.397. p. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 616, de 4 de novembro de 1949. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 9/11/1949, n. 4.055. p. 1.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SECUNDARISTAS E CRUZ E SOUZA. *A Gazeta*, Florianópolis, n. 6.923, p. 2, 20 set. 1961.

SILVA, J. B. F. Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho. *A Gazeta*, Florianópolis, n. 4.517, p. 6, 27 fev. 1953.

SOUSA, A. *O sábio e o idioma*: notas biográficas sobre o professor José Brasilício de Sousa e notícia histórica sobre o idioma internacional volapük... Florianópolis: IOESC, 2002.

SOUZA, R. L. *Uma história inacabada*: cem anos do Colégio Catarinense. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX*: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

Endereço para correspondência:

Norberto Dallabrida

Rua Bento Goiá, 111, ap. 201

Coqueiros

Florianópolis – SC

CEP: 88080-150

E-mail: norberto@udesc.br

Recebido em: 24 set. 2010

Aprovado em: 30 set. 2011